



---

## Prova Escrita de História B

---

10.º e 11.º Anos de Escolaridade

---

**Prova 723/2.ª Fase**

7 Páginas

---

Duração da Prova: 120 minutos. Tolerância: 30 minutos.

---

**2012**

---

Utilize apenas caneta ou esferográfica de tinta indelével, azul ou preta.

Não é permitido o uso de corretor. Em caso de engano, deve riscar de forma inequívoca aquilo que pretende que não seja classificado.

Escreva de forma legível a numeração dos grupos e dos itens, bem como as respetivas respostas. As respostas ilegíveis ou que não possam ser claramente identificadas são classificadas com zero pontos.

Para cada item, apresente apenas uma resposta. Se apresentar mais do que uma resposta a um mesmo item, apenas é classificada a resposta apresentada em primeiro lugar.

As cotações dos itens encontram-se no final do enunciado da prova.

A ortografia dos textos e de outros documentos segue o Acordo Ortográfico de 1990.

---

## GRUPO I

### A IMPLANTAÇÃO DO LIBERALISMO EM PORTUGAL NO QUADRO EUROPEU

Este grupo baseia-se na análise dos seguintes documentos:

**Doc. 1** – Relações comerciais entre Portugal e as colónias (1807-1819)

**Doc. 2** – Manifesto da Nação Portuguesa aos Soberanos e Povos da Europa da Junta Provisional do Governo Supremo da Nação (15 de dezembro de 1820)

**Doc. 3** – D. Pedro e D. Miguel – caricatura no jornal francês *La Caricature* (julho de 1833)

#### Documento 1

##### Relações comerciais entre Portugal e as colónias (1807-1819)

(Em contos de réis)

ANOS	Importações		Exportações	
	TOTAIS	Do Brasil	TOTAIS	Para o Brasil
1807	16 969	13 928	10 348	6953
1809	5858	4819	3911	3438
1811	5304	3633	3480	2772
1813	7279	4796	4275	3587
1815	13 020	9059	11 008	8234
1817	11 150	8309	11 281	8586
1819	10 413	7517	8156	6546

#### Documento 2

##### Manifesto da Nação Portuguesa aos Soberanos e Povos da Europa da Junta Provisional do Governo Supremo da Nação (15 de dezembro de 1820)

Toda a Europa sabe as extraordinárias circunstâncias que, no ano de 1807, forçaram o Senhor D. João VI, então Príncipe Regente de Portugal, a passar com a Sua Real Família aos seus domínios transatlânticos [...].

A ruína da sua povoação, começada pela emigração dos habitantes, que seguiram o seu Príncipe, [...] aumentou-se pelas duas funestas invasões de 1809 e 1810, e pelas perdas inevitáveis de uma dilatada e porfiosa guerra de sete anos. [...]

Em meio de tantas desgraças, que [...] oprimiram os Portugueses em progressivo crescimento, ainda de vez em quando se avivava em seus corações algum lume de esperança de que o Rei viria ao meio deles ouvir suas queixas, e dar o possível remédio a males tão rezados e opressivos. [...] Ela, porém, foi-se desvanecendo pouco a pouco [...].

Nem a força das armas, nem os hábitos inveterados, nem o decurso dos tempos podem jamais despojar a Nação da faculdade, e invariável direito, que sempre conserva, de [...] melhorar a forma do seu Governo, de prescrever-lhe justos limites e de fazê-lo útil aos governados. A própria Nação

inteira, se em massa pudesse exercitar os poderes do Governo, não os teria ilimitados [...]. Eis aqui, pois, os verdadeiros princípios que dirigiram os Portugueses [...] para darem a esse Trono as bases sólidas da Justiça e da Lei [...].

Foram estes os votos de todos os Portugueses, quando proclamaram a necessidade de uma Constituição, de uma Lei fundamental, que regulasse os limites do Poder e da Obediência, que afixasse para o futuro os direitos e a felicidade do Povo.

### Documento 3

#### D. Pedro e D. Miguel – caricatura no jornal francês *La Caricature* (julho de 1833)



#### Legenda:

À esquerda: D. Pedro, apoiado pela Grã-Bretanha.

À direita: D. Miguel, apoiado pelas potências absolutistas da Europa.

1. Explícite, com base nos documentos 1 e 2, três dos fatores que justificam o descontentamento que conduziu à revolução portuguesa de 1820.
2. Refira três dos princípios do iluminismo refletidos no documento 2.
3. Explique, a partir do documento 3, três das dificuldades da implantação do liberalismo em Portugal entre 1820 e 1834.

---

#### Identificação das fontes

Doc. 1 – Julião Soares de Azevedo, *Condições Económicas da Revolução Portuguesa de 1820*, Lisboa, Básica Editora, 1976 (adaptado)

Doc. 2 – In [www.arqnet.pt](http://www.arqnet.pt) (consultado em 6/01/2012) (adaptado)

Doc. 3 – Honoré Daumier, in jornal *La Caricature*, julho de 1833, <http://purl.pt> (consultado em 6/01/2012)

## GRUPO II

### A URSS NO TEMPO DE ESTALINE

#### Ideologia e práticas – entrevista de Estaline (1934)

1 Os Estados Unidos visam um objetivo diferente daquele que visamos na URSS. O objetivo dos norte-americanos surgiu das dificuldades económicas. Os norte-americanos pretendem desembaraçar-se das crises com base na atividade capitalista privada sem mudarem o sistema económico. Estão a tentar reduzir ao mínimo a ruína, as perdas causadas pelo sistema económico existente. Aqui, entretanto, foram criadas, em lugar do velho sistema económico destruído, bases inteiramente diferentes, construindo-se um novo modelo económico. [...]

5 O que é a economia planificada? Quais são os seus atributos? A economia planificada visa abolir o desemprego. Suponhamos que seja possível, enquanto se preserva o sistema capitalista, reduzir o desemprego até certo limite. Porém, nenhum capitalista aceitaria jamais a abolição total do desemprego, a abolição do exército de reserva dos desempregados, cuja razão de ser é fazer pressão no mercado de trabalho para garantir a oferta de mão de obra barata. [...] A economia planificada pressupõe ainda o aumento da produção nos ramos da indústria que produzem os bens de que o povo mais necessita. A expansão da produção, no capitalismo, dá-se por motivos inteiramente diferentes: o capital flui para os ramos da economia onde é mais alta a taxa de lucro. Jamais se conseguirá que um capitalista aceite uma taxa de lucro menor para satisfazer as necessidades do povo. Sem se desembaraçar dos capitalistas, sem se abolir o princípio da propriedade privada sobre os meios de produção, é impossível criar-se uma economia planificada. [...]

15 O socialismo não se pode abstrair dos interesses individuais. Somente a sociedade socialista pode satisfazer completamente esses interesses. [...] Porém, podemos negar o contraste entre as classes: entre a classe dos proprietários capitalistas e a classe dos trabalhadores proletários? De um lado, temos a classe dos proprietários, que é dona dos bancos, das fábricas, das minas, dos transportes, das plantações nas colónias. Tais pessoas não veem senão os seus próprios interesses, a sua ambição pelo lucro. Não se submetem à vontade do coletivo; esforçam-se, isso sim, por subordinar a coletividade à sua vontade. Do outro lado, temos a classe dos pobres, a classe explorada, a que não possui nem fábricas, nem bancos, a que é obrigada a vender a sua força de trabalho aos capitalistas e que carece de oportunidades para satisfazer as suas necessidades mais elementares. Como se podem conciliar interesses tão opostos? [...]

20 Os comunistas não defendem, em absoluto, os métodos violentos. Não querem, porém, ser apanhados de surpresa; não podem esperar que o velho regime se retire de cena, espontaneamente. Veem que o velho sistema se defende violentamente e, por isso, dizem à classe operária: respondam com violência à violência; façam todo o possível para impedir que a ordem agonizante os esmague, não permitam que lhes algemem as mãos, estas mesmas mãos que demolirão o velho sistema. [...]

25 A rica experiência da história ensina que até hoje nenhuma classe cedeu voluntariamente o lugar a outra. [...] Para atingir um objetivo social importante, é necessário uma força principal, um baluarte, uma classe revolucionária. Depois, é necessário organizar-se a ajuda de uma força auxiliar para essa força principal; neste caso, a força auxiliar é o Partido.

1. Identifique, com base no documento, três dos princípios ideológicos defendidos por Estaline.
2. Explique, a partir do documento, três dos métodos utilizados para impor o regime estalinista.

---

Identificação da fonte

Entrevista dada por Estaline a H. G. Wells, 1934, *in* www.marxists.org (consultado em 13/01/2012) (adaptado)

## GRUPO III

### PORTUGAL: DO 25 DE ABRIL À PARTICIPAÇÃO NO PROJETO EUROPEU

Este grupo baseia-se na análise dos seguintes documentos:

**Doc. 1** – Opções revolucionárias – cartaz de 1975

**Doc. 2** – Preâmbulo da Constituição Portuguesa de 1976

**Doc. 3** – Portugal e a Europa Comunitária, segundo Durão Barroso – jornal *Público* (8 de maio de 2006)

#### Documento 1

##### Opções revolucionárias – cartaz de 1975



#### Documento 2

##### Preâmbulo da Constituição Portuguesa de 1976

A 25 de abril de 1974, o Movimento das Forças Armadas, coroando a longa resistência do povo português e interpretando os seus sentimentos profundos, derrubou o regime fascista.

Libertar Portugal da ditadura, da opressão e do colonialismo representou uma transformação revolucionária e o início de uma viragem histórica da sociedade portuguesa.

A Revolução restituiu aos Portugueses os direitos e liberdades fundamentais. No exercício destes direitos e liberdades, os legítimos representantes do povo reúnem-se para elaborar uma Constituição que corresponde às aspirações do país.

A Assembleia Constituinte afirma a decisão do povo português de defender a independência nacional, de garantir os direitos fundamentais dos cidadãos, de estabelecer os princípios basilares da democracia, de assegurar o primado do Estado de Direito democrático e de abrir caminho para uma sociedade socialista, no respeito da vontade do povo português, tendo em vista a construção de um país mais livre, mais justo e mais fraterno.

A Assembleia Constituinte, reunida na sessão plenária de 2 de abril de 1976, aprova e decreta a seguinte Constituição da República Portuguesa: [...].

**Portugal e a Europa Comunitária, segundo Durão Barroso  
– jornal *Público* (8 de maio de 2006)**

«Para mim, antes de mais, o casamento feliz de Portugal com a Europa mede-se pelo empenhamento europeu do nosso país. Desde 1986, sucessivos governos portugueses têm zelado para que Portugal esteja sempre na primeira linha de iniciativas que reforcem a solidez e a profundidade do projeto europeu», disse Durão Barroso, que discursava na abertura do seminário «Portugal e o Futuro da Europa nos 20 anos de adesão» [...].

Em consequência, «a posição geográfica periférica de Portugal no continente europeu foi politicamente corrigida com uma centralidade inquestionável, e hoje em dia é bem evidente o seu posicionamento no processo de integração europeia», acrescentou [Durão Barroso], sublinhando que o empenho de Portugal – e de Espanha – contribuiu em muito para «a integridade do projeto europeu» e «constitui uma lição» para os novos Estados-membros. Além disso, a adesão de Portugal foi «uma opção consciente» pela consolidação da sua democracia e teve como resultado também um «crescimento impressionante» da economia.

A Europa recebeu, em troca, «trunfos muito importantes», como as relações privilegiadas com África, com a América Latina e com «todo o espaço cultural da lusofonia», que permitiram à União Europeia «uma visão mais alargada das relações internacionais» e um reforço «da vocação mediterrânica e atlântica do continente».

1. Refira, a partir do documento 2, os três objetivos do Movimento das Forças Armadas (MFA) refletidos na Constituição de 1976.

2. Desenvolva o seguinte tema:

*Portugal: do 25 de Abril de 1974 ao XX aniversário da adesão à Europa comunitária.*

A sua resposta deve abordar, pela ordem que entender, três dos aspetos de cada um dos seguintes tópicos de desenvolvimento:

- política económica de abril de 1974 a novembro de 1975;
- estabilização do regime – da opção constitucional de 1976 à revisão de 1982;
- efeitos em Portugal da integração na Europa comunitária.

Deve integrar na resposta, além dos seus conhecimentos, os dados disponíveis nos documentos de 1 a 3.

---

Identificação das fontes

Doc. 1 – Cartaz de Abel Manta, in <http://purl.pt> (consultado em 16/01/2012) (segue-se a ortografia do documento original)

Doc. 2 – In [www.parlamento.pt](http://www.parlamento.pt) (consultado em 16/01/2012)

Doc. 3 – In *Público*, 8 de maio de 2006, [www.publico.pt](http://www.publico.pt) (consultado em 18/01/2012) (adaptado)

**FIM**

## COTAÇÕES

### GRUPO I

1. ....	30 pontos
2. ....	20 pontos
3. ....	30 pontos
	<hr/>
	<b>80 pontos</b>

### GRUPO II

1. ....	20 pontos
2. ....	30 pontos
	<hr/>
	<b>50 pontos</b>

### GRUPO III

1. ....	20 pontos
2. ....	50 pontos
	<hr/>
	<b>70 pontos</b>

	<hr/>
<b>TOTAL</b> .....	<b>200 pontos</b>